

SILOPOR

Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação



Relatório da Comissão Liquidatária
Contas do exercício de 2014

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

ÍNDICE

	Pag.
Relatório da Comissão Liquidatária	2
Balanço	11
Demonstração de resultados por naturezas	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Demonstração das alterações no capital próprio	14
Índice das notas às demonstrações financeiras	15
Notas às demonstrações financeiras	16
Relatório e parecer do Fiscal Único	32
Certificação legal das contas	34

RELATÓRIO DA COMISSÃO LIQUIDATÁRIA

EXERCÍCIO 2014

Sem pretendermos fazer qualquer análise da evolução do mercado internacional de cereais e oleaginosas durante o ano que agora terminou, não podemos contudo deixar de referir alguns dos aspectos que mais influíram na acção dos operadores portuários que exercem a actividade de descarga de granéis alimentares. Os meses iniciais do ano de 2014 foram caracterizados, a exemplo do que já vinha acontecendo desde o final de 2013, por uma grande concentração de importações de milho com origem nos países do leste europeu. Tal teve, como consequência, a preponderância durante o primeiro semestre do ano das importações efectuadas em navios de maior dimensão e o recurso a uma capacidade acrescida de armazenagem, situação que foi agravada pela expedição acelerada de milho da Ucrânia face à situação de conflito vivida naquele país.

Verificou-se, para além disso, que ao longo do ano houve no mercado alguma dificuldade na oferta regular de farinhas de oleaginosas, nomeadamente de soja, o que veio a possibilitar que, pontualmente, a Silopor viesse a prestar os seus serviços na descarga de navios dessa farinha, actividade que nos últimos anos tem vindo a constituir uma área apenas residual da nossa operação global.

Também a produção acrescida de milho na área do território nacional, abrangida pelo silo de Vale Figueira, foi mais significativa do que em anos anteriores, possibilitando, assim, uma taxa de ocupação mais elevada desse silo.

À medida que o final do ano se aproximou e que se começaram a esgotar os stocks de milho de produção nacional, os importadores regressaram à sua actividade normal podendo mais uma vez constatar-se a preponderância da origem nos mercados do leste europeu, com as consequências em termos dos navios transportadores.

No que à Silopor diz respeito, é necessário separar a apreciação da evolução da empresa ao longo do exercício, razão principal do presente relatório, dos acontecimentos relativos ao concurso de concessão da actividade da Silopor no porto de Lisboa.

Quanto à evolução da empresa propriamente dita, o exercício de 2014 correu de uma forma amplamente satisfatória.

As importações nacionais de cereais e oleaginosas mantiveram sensivelmente o mesmo volume (variação de +0,9%), enquanto as importações efectuadas no Porto de Lisboa tiveram uma variação de -2,5%. Tal ficou sobretudo a dever-se ao deslocamento de uma parte das importações para o porto de Leixões (+19,1%) face à sobreocupação da capacidade de armazenagem da Silopor, à diminuição verificada em Aveiro (-4,8%), a par da ausência no sector da acção de outros portos principais. Em Lisboa, e a título meramente exemplificativo, referimos que um dos nossos concorrentes verificou uma quebra de cerca de 4,5% e que foram sobretudo as importações realizadas através de

Palença (+17,5%), na sua quase totalidade para consumo próprio da unidade industrial aí existente, que mantiveram os níveis de atractividade deste porto para a actividade em causa.

Neste contexto, a Silopor reduziu a sua quota de mercado para 44,7% a nível nacional e para 60,8% no porto de Lisboa, sobretudo devido ao efeito do aumento das descargas em Palença.

Deve aqui enfatizar-se a total disponibilidade da Silopor para, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, levar a cabo todo o tipo de acções que sirvam para aumentar a importância do porto de Lisboa no quadro das importações de graneis alimentares, maximizando os interesses da APL e a rendibilização de estruturas e equipamentos de descarga e armazenagem existentes. É de facto nosso entendimento que, não existindo no Centro/Sul de Portugal estruturas de descarga e armazenagem de serviço público (Palença, repete-se, funciona quase em exclusivo para a unidade industrial aí instalada), e não existindo, mesmo a nível nacional, uma unidade com as possibilidades técnicas do Terminal Portuário da Trafaria, seria possível concentrar alguns esforços no sentido de aumentar a atractividade no porto de Lisboa face a outras alternativas.

E nem se pense que se trata de alguma questão relacionada com a eficiência da Silopor. É que, se a quantidade de mercadoria movimentada diminuiu, o valor total da prestação de serviços (€ 15.335.063) aumentou 8,2% face ao ano anterior, por aumento da utilização dos equipamentos, nomeadamente de armazenagem, como atrás se referiu. A verdade é que o nível de eficiência da Silopor subiu ao ponto de a empresa apresentar o

maior EBITDA da sua história (€ 5.074.555, o que representa um aumento de 47% face ao ano anterior) e igualmente o terceiro maior Resultado Líquido de Impostos da sua existência (€2.202.644 e que representa um aumento de 125% em relação a 2013), apenas ultrapassado em 2011 (€ 2.263.259) e 2007 (€ 2.302.685). Estamos, portanto, perante um exercício onde, apesar das dificuldades sentidas no mercado devido ao facto de alguns dos nossos clientes terem sido forçados a desviarem parte das suas importações, sobretudo para o porto de Leixões, a Silopor conseguiu um conjunto de resultados dos melhores de sempre, entre EBITDA e Resultado Líquido de Impostos.

Uma parte destes bons resultados fica, sem dúvida, a dever-se a um esforço de contenção no domínio dos custos. Na continuidade de uma constante redução dos custos de movimentação de mercadoria, nomeadamente na adopção de procedimentos e na instalação de equipamentos técnicos que têm permitido a redução dos encargos, saliente-se a redução média anual do valor dos Fornecimentos e Serviços Externos que, nos últimos três anos, se situou nos 9,8%.

Desde que a empresa iniciou o seu processo de concessão da sua actividade e da concomitante liquidação tem sido seguida uma política de investimentos criteriosa que, quer através dos novos investimentos, quer através, e sobretudo, das grandes reparações de manutenção contabilizadas como gastos plurianuais, a Silopor tem mantido a sua operacionalidade e a sua eficácia em níveis elevados. Apesar disso – e não tendo ocorrido investimentos de diversificação ou alargamento de actividade, por razões do enquadramento jurídico atrás mencionado – no ano em apreço efectuaram-se alguns investimentos cujo montante foi de € 28.500. É de salientar que, à data do presente relatório, está em curso uma obra de manutenção para substituição dos componentes

principais do descarregador Siwertell no silo do Beato por os componentes anteriores terem atingido o limite de vida útil, que será concluída em 2015, reparação essa que, só por si, representará um esforço financeiro de cerca de €311.000, totalmente autofinanciado.

Durante o ano de 2014 concluiu-se a implementação de um novo sistema informático, o qual se encontrava em curso no final de 2013, permitindo um aumento da eficiência no âmbito de todo o sistema administrativo.

Sempre foi entendimento da Silopor que a manutenção e certificação do sistema de gestão de segurança alimentar constitui um dos pontos altos na qualidade dos serviços prestados pela empresa. Por isso, no âmbito da Segurança Alimentar, realizou-se a 2ª Auditoria de Acompanhamento em Julho, fechando-se assim, com sucesso, o 2º ciclo de Certificação em conformidade com os requisitos da norma NP EN ISO 22 000:2005.

O Certificado de Conformidade PT09/02854V3, que foi revalidado em Setembro de 2012 pela SGS ICS, entidade certificadora devidamente acreditada para o efeito, abrangendo todas as instalações da Empresa “pelas actividades de Recepção, Movimentação, Armazenamento, Tratamento, Secagem, Expedição e Transporte de Cereais e Outros Granéis Sólidos Alimentares”.

No que respeita à aplicação do DL 226/2006 de 15 de Novembro, que transpõe as obrigações legais constantes no Código ISPS – *International Ship and Port Facilities Security Code*, foram revalidadas as Declarações de Conformidade anuais, emitidas

pela Autoridade Competente para a Protecção do Transporte Marítimo e Portos, para ambas as Instalações Portuárias da SILOPOR.

Em cumprimento dos procedimentos do Código ISPS previstos em ambos os Planos de Protecção, realizaram-se os treinos, exercícios e as auditorias/verificações internas obrigatórias, durante o exercício em apreço.

Em cumprimento das obrigações legais inscritas no Regime Jurídico da Promoção e Prevenção da Segurança e Saúde no Trabalho, SST, iniciaram-se em Março os trabalhos de elaboração do Plano de Segurança Interno para a Terminal Portuário da Trafaria, prevendo-se a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2015.

No que respeita ao seu quadro de pessoal, deve salientar-se que durante o já longo processo de concessão da actividade da empresa se tem verificado uma natural diminuição do número de trabalhadores efectivos da empresa e a sua substituição, exclusivamente na parte operacional, por trabalhadores contratados a termo certo.

Como consequência deste movimento, e considerando o universo dos trabalhadores ao serviço da empresa, verificamos uma diminuição da sua idade média por efeito da entrada de trabalhadores mais jovens e uma substancial elevação de nível médio de escolaridade, pelo grau de exigência que se pôs nas respectivas contratações.

No final do período em análise, a Silopor tinha ao seu serviço um total de 70 trabalhadores efectivos, 31 contratados a termo certo e 8 através de empresas de

trabalho temporário, tendo tido, em Dezembro de 2013, 72 trabalhadores do quadro e 33 trabalhadores contratados a termo certo e 5 através de empresas de trabalho temporário.

Foi neste quadro que a Silopor desenvolveu a sua actividade durante o exercício de 2014.

Não se produziram quaisquer modificações na estrutura do Passivo da empresa: não existem quaisquer dívidas para além do Passivo corrente a Fornecedores (liquidado geralmente entre os 30 e os 40 dias), não existem dívidas ao sector bancário, apenas existindo ainda, e de forma já residual, a dívida de capital ao Accionista Direcção Geral do Tesouro resultante da liquidação da EPAC – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais, EP. Tal dívida que, como se referiu já em relatórios de exercícios anteriores, era à data do início do processo de liquidação da empresa superior a 40 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2014 é já só de 5 milhões de euros, fruto de diversas amortizações, designadamente durante o exercício de 2014 em que a Silopor teve mais uma vez disponibilidade para proceder à amortização de mais 4 milhões de euros.

Como se referiu no início do presente Relatório, os esclarecimentos prestados ao Accionista no contexto do presente Relatório anual mostram uma empresa rentável, funcionando em velocidade de cruzeiro, com perfeita satisfação do mercado e dos seus clientes.

Quanto ao conjunto de acontecimentos relativos ao concurso para a concessão da actividade da Silopor no porto de Lisboa, a sua evolução foi surpreendente.

De facto, tendo a Comissão de Acompanhamento deste concurso apresentado o seu Relatório Final em que propunha a adjudicação da concessão em causa a um dos concorrentes, em 16 de Janeiro de 2014 as Tutelas subscreveram o respectivo Despacho procedendo-se a sua adjudicação ao concorrente ganhador.

No entanto, e após uma sucessão de acções judiciais, em 9 de Outubro de 2014 por Despacho dos Ministros de Estado e das Finanças, da Economia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o concurso foi anulado por o adjudicatário não ter cumprido as suas obrigações no âmbito do programa do concurso, como consta do texto do citado Despacho.

Não havendo neste momento qualquer outro procedimento em curso, a Comissão Liquidatária aguarda decisão superior, o que em nada interfere com a gestão do dia-a-dia da empresa e das suas responsabilidades perante o mercado, mantendo-se a Silopor, como até aqui, em plena actividade.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido de Impostos de € 2.202.644 transite para o exercício de 2015 da seguinte forma.

Reserva Legal	€ 110.132
Resultados Transitados	€ 2.092.512

CONSIDERAÇÕES FINAIS

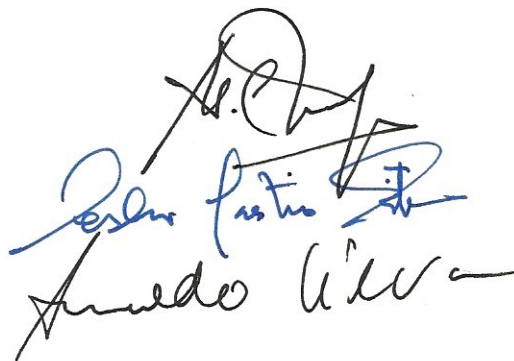
Neste ano e muito em particular pelas vicissitudes do concurso para a concessão da actividade da empresa a que atrás se fez referência, não pode a Comissão Liquidatária deixar de reconhecer, a par da autonomia de gestão que sempre nos foi concedida, o apoio das Tutelas na controvérsia jurídica ligada ao concurso.

Uma palavra também de agradecimento ao apoio do Senhor Revisor Oficial de Contas em todas as situações que envolveram a sua contribuição.

Finalmente a habitual palavra de reconhecimento para com o esforço e empenhamento dos trabalhadores da empresa, apesar das incertezas que ao longo do ano se viveram.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2015

A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA



Handwritten signatures of the Liquidation Commission members, including names like 'Al. Chy', 'Pedro Justino', and 'Amado Silva'.

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
<i>Activos Fixos Tangíveis</i>			
Edifícios e out. construções	4	14 283 805	15 730 939
Equip.Básico		1 882 554	2 235 306
Equip.de Transporte		118 829	176 446
Equip.Administrativo		69 327	63 433
Outros Activos Tangíveis		597 247	597 249
		16 951 762	18 803 373
<i>Investimentos Financeiros</i>		116	16
<i>Investimentos em Curso</i>			
Edifícios e out. construções		0	23 777
		16 951 878	18 827 166
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	5	323 924	278 207
Clientes	6	2 123 354	593 391
Estado e outros entes públicos	7		98 489
Outras contas a receber	8	385 569	983 413
Diferimentos	9	739 194	672 598
Caixa e depósitos bancários	10	3 895 628	4 582 740
		7 467 669	7 208 838
Total do Activo		24 419 547	26 036 004
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	11	46 407 000	46 407 000
Reservas legais	12	397 747	348 726
Resultados Transitados	13	-35 651 696	-37 016 540
Excedentes de revalorização	12	3 951 554	4 364 230
Resultado Líquido do período	13	2 202 644	980 423
Total do capital próprio		17 307 249	15 083 839
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Outras contas a pagar	14	5 000 000	9 000 000
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	15	838 363	1 076 493
Estado e outros entes públicos	7	642 991	157 380
Financiamentos obtidos	4 e 16	0	66 367
Outras contas a pagar	17	629 741	650 722
Diferimentos	9	1 203	1 203
		2 112 298	1 952 165
Total do Passivo		7 112 298	10 952 165
Total do capital próprio e do passivo		24 419 547	26 036 004

Técnica de Contas nº 17277

Comissão Liquidatária

SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	18	15 335 063	14 176 007
Custo das matérias consumidas	19	-277 801	-454 354
Fornecimentos e serviços externos	20 e 23	-5 182 612	-5 279 719
Gastos com pessoal	21	-4 154 647	-4 250 207
Outros rendimentos e ganhos		77 826	95 460
Outros gastos e perdas	22	-831 552	-968 173
<i>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</i>		4 966 277	3 319 014
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-1 903 888	-1 912 592
<i>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</i>		3 062 389	1 406 422
Juros e rendimentos similares obtidos	24	11 666	27 202
Juros e gastos similares suportados	24	-9 103	-11 725
<i>Resultados antes de impostos</i>		3 064 952	1 421 899
Imposto sobre o rendimento do período	25	-862 308	-441 476
<i>Resultado líquido do período</i>		2 202 644	980 423

Técnica de Contas nº 17277

Comissão Liquidatária

frans

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

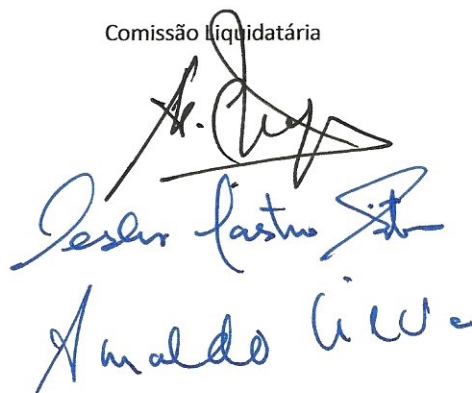
SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euros

	Notas	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		15 273 866 €	15 966 071
Pagamentos a fornecedores		-7 792 377 €	-7 447 235
Pagamentos ao pessoal		-1 967 022 €	-2 000 066
Caixa gerada pelas operações		5 514 467 €	6 518 770
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-315 586 €	-564 195
Outros recebimentos		76 092 €	79 823
Outros pagamentos	14	-5 881 377 €	-6 009 386
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-606 404 €	25 012
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Activos fixos tangíveis		-19 008 €	-55 114
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Juros e rendimentos similares		7 950 €	19 265
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-11 058 €	-35 849
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	16	-66 367 €	-65 426
Juros e custos similares	16	-3 283 €	-7 043
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-69 650 €	-72 469
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-687 112	-83 306
Caixa e s/equivalentes no início do período	10	4 582 740	4 666 046
Caixa e s/equivalentes no fim do período	10	3 895 628	4 582 740

Técnica de Contas nº 17277

Comissão Liquidatária

SILOPOR - Empresa de Silos Portuários, S.A., em liquidação

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCED. REVALOR.	RESULT. LIQ. PERÍODO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
Posição no início do período: 01/01/2013		46 407 000	268 590	-38 450 793	4 776 907	1 602 723	14 604 427
Alterações no exercício				-501 011			-501 011
Alterações de políticas contabilísticas							
		46 407 000	268 590	-38 951 804	4 776 907	1 602 723	14 103 416
Resultado líquido do período							
Resultado integral						980 423	980 423
Operações com detentores de capital no período							
Transferências de reservas de reaval. p/ result. transitados	12			412 676	-412 676		
Transferência para resultados transitados	13		80 136	1 522 588		-1 602 723	
		46 407 000	348 726	-37 016 540	4 364 231	980 423	15 083 839
Posição no fim do período: 31/12/2013							
Alterações no exercício							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				20 765			20 765
		46 407 000	348 726	-36 995 775	4 364 231	980 423	15 104 604
Resultado líquido do período							
Resultado integral						2 202 644	2 202 644
Operações com detentores de capital no período							
Transferências de reservas de reaval. p/ result. transitados	12			412 676	-412 676		
Transferências para reservas e resultados transitados	13		49 021	931 402		-980 423	
		46 407 000	397 747	-35 651 697	3 951 555	2 202 644	17 307 248
Posição no fim do período: 31/12/2014							

Técnica de Contas nº 17277

Comissão Liquidatária

ÍNDICE DAS NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória
2. Bases de apresentação
3. Principais políticas contabilísticas
 - Ativo tangível
 - Locações
 - Imposto sobre o rendimento
 - Inventários
 - Ativos financeiros
 - Contas a receber
 - Caixa e equivalentes a caixa
 - Financiamentos obtidos
 - Provisões
 - Imparidades
 - Contas a pagar
 - Benefícios com pessoal
 - Rédito
 - Classificação de balanço
 - Especialização do exercício
 - Acontecimentos após o balanço
 - Reserva legal
 - Juízos de valor
 - (1) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos
 - (2) Ativos tangíveis
4. Ativos tangíveis
5. Inventários
6. Dívidas a receber
7. Estado e outros entes públicos
8. Contas a receber
9. Diferimentos
10. Caixa e equivalentes a caixa
11. Capital
12. Reservas e excedentes
13. Resultados transitados
14. Passivos não correntes
15. Dívidas a pagar
16. Financiamentos obtidos
17. Outras contas a pagar
18. Rédito
19. Custo das matérias consumidas
20. Fornecimentos e serviços externos
21. Gastos com pessoal
22. Outros gastos e perdas
23. Locações operacionais
24. Resultados financeiros
25. Imposto sobre o rendimento
26. Acontecimentos após a data do balanço
27. Garantias bancárias

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A., (em liquidação), é uma sociedade anónima com o capital social representado por ações nominativas pertencentes ao Estado Português. Foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 293-A/86, de 12 de Setembro, como resultado da cisão operada na Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), alterado por ratificação pela Lei n.º 32/87, de 10 de julho.

Por imperativo das regras comunitárias, após a liberalização dos mercados de comércio de cereais, determinou-se a dissolução e liquidação da sociedade com a Lei n.º 188/2001, de 25 de junho, reconhecendo-se a importância da atividade no ramo agroalimentar. Assim, a concessão da exploração da atividade da Silopor fez-se em regime de serviço público, mediante a adjudicação a operadores privados, salvaguardando-se a continuidade da gestão corrente pela Empresa.

Por despacho governamental, no início do exercício procedeu-se à adjudicação provisória da concessão da actividade da Silopor. Porém, depois de diversos contenciosos e do não cumprimento por parte do concorrente que estava em primeiro lugar no concurso, este foi anulado por despacho de 9 de outubro de 2014.

A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços de receção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos aos operadores comerciais inseridos no seu ramo de atividade, mediante a utilização das suas infraestruturas de armazenagem.

A Empresa, para além do Terminal Portuário do Beato, possui ainda as instalações do Terminal Portuário da Trafaria e o Silo de Vale de Figueira.

Sede Social – Terminal Portuário do Beato, Rua da Cintura do Porto de Lisboa

Capital Social – 46.407.000 euros

Nº Contribuinte – 501 904 077

Data da Contabilidade: 31/12/2014

2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os

princípios de contabilidade geralmente aceites e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010.

Até 31 de dezembro de 2009, a Silopor elaborou, aprovou e publicou as suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, contidos no Plano Oficial de Contabilidade.

Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de junho, a adoção das Normas de Relato Financeiro ocorre pela primeira vez em 1 de janeiro de 2010, pelo que a data de transição do POC para o SNC se verificou conforme o estabelecido através da NCRF n.º 3 – “Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro”.

Assim, a informação financeira apresentada foi preparada com base no entendimento que a Empresa tem do normativo relativo às NCRF, em conjugação com o atual processo de concessão da atividade da Silopor.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2014 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras foram as que seguidamente se apresentam, em resumo:

Activo tangível

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso. A sua determinação, bem como o método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição dos equipamentos antes do fim da sua vida útil, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os diplomas legais publicados para o efeito e os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 1 de janeiro de 2010 (data de transição para o SNC), deduzidos das depreciações acumuladas (**nota 4**).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos posteriormente à data de transição são apresentados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações. O custo de aquisição inclui eventuais despesas imputáveis à compra.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento, utilizando as taxas previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, na rubrica “Depreciações” da demonstração de resultados conforme mapa seguinte:

	vida útil
Instalações	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	6
Equipamento administrativo	5

Os gastos de manutenção e reparação dos ativos tangíveis são registados como custos no exercício em que ocorrem (**nota 20**). As beneficiações que aumentam o período de vida estimado dos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com o acréscimo de vida estimado.

As beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos da alienação e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contrato de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo tangível, as depreciações acumuladas e as dívidas de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam (**nota 20**), (**nota 24**).

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração estão contabilizados pelo método da locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo durante o período de aluguer a que respeitam (**nota 23**).

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor (**nota 25**).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

Os ativos por impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, englobando o preço de compra adicionado dos gastos suportados por essa aquisição.

As existências no final do exercício são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagens físicas. As existências e os consumos utilizam o custo médio ponderado como método de custeio (**nota 5**).

Ativos Financeiros

A Empresa classifica os seus ativos financeiros conforme o reconhecimento inicial do investimento.

Contas a receber

Os saldos de clientes são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas quando existe uma evidência de que a Empresa não receberá o total do montante em dívida conforme as condições iniciais na conta de resultados no exercício em que se verificarem (**nota 6**).

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e garantias (**nota 10**).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao justo valor da obrigação, isto é, pelo valor do empréstimo recebido e reconhecido em ativos (**nota 16**).

Eventuais despesas são registadas em outros ativos correntes e reconhecidas como custo.

Provisões

São constituídas provisões no balanço apenas se a Empresa tiver uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imparidades

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que a Empresa não irá receber os montantes a que tem direito de acordo com os contractos estabelecidos. Na identificação destes são utilizadas algumas evidências, tais como:

- antiguidade do incumprimento
- dificuldade financeira do devedor
- probabilidade de falência do devedor

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registadas na demonstração de resultados em “Perdas por imparidades”.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

Contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal (**nota 15**).

Benefícios com pessoal

De acordo com a legislação em vigor, os funcionários têm direito a férias e subsídio de férias, direito adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Rédito

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que são prestados. O rédito a reconhecer é deduzido do montante de descontos ou outros abatimentos e não inclui IVA (**nota 18**).

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro aplicável (**nota 24**).

Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Aqueles cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Classificação do balanço

Os ativos e passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registados nas rubricas de diferimentos.

Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materialmente relevantes, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (**nota 12**).

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas e para incorporação no capital social.

Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das normas contabilísticas e de relato financeiro requer que a Comissão Liquidatária formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas e pressupostos significativos formulados pela Comissão Liquidatária na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

➤ Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros, disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa futura.

Pelo facto da Empresa se encontrar numa situação de liquidação, não foram reconhecidos impostos diferidos.

➤ Ativos fixos tangíveis

Um activo é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade e o activo tenha um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

O valor do activo apresentado, após dedução de depreciações, é a quantia pelo qual o item é reconhecido no balanço.

Conforme decisão tomada pela Comissão Liquidatária, os ativos tangíveis totalmente depreciados não foram objeto de valorização apesar de continuarem a laborar.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, foram os seguintes:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. Administr.	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1/1/2013	60.054.322	55.562.250	1.178.472	927.766	6.471.756	7.750	124.202.586
Adições		15.925	43.172	3.657		73.591	136.345
Alienações e abates							
Transferência		-32.360		57.564	32.360	-57.564	0
Saldo em 1/1/2014	60.054.322	55.546.085	1.221.644	988.987	6.504.116	23.777	124.338.931
Adições				28.500			28.500
Alienações e abates							
Transferência				23.777		-23.777	0
Saldo em 31/12/2014	60.054.322	55.546.085	1.221.644	1.041.264	6.504.116	0	124.367.431
Depreciações e perdas acumuladas							
Saldo em 1/1/2013	42.876.249	53.012.440	995.822	892.391	5.822.287	0	103.599.189
Ajustamentos							
Reforços	1.447.134	285.449	49.376	33.163	97.470		1.912.592
Abates							
Transferência		12.890			-12.890		0
Saldo em 1/1/2014	44.323.383	53.310.779	1.045.198	925.554	5.906.867	0	105.511.781
Reforços	1.447.134	346.174	57.616	40.074	12.890		1.903.888
Reduções							
Abates							
Transferência							0
Saldo em 31/12/2014	45.770.517	53.656.953	1.102.814	965.628	5.919.757	0	107.415.669
Valor líquido em 31/12/2013	15.730.939	2.235.306	176.446	63.433	597.249	23.777	18.827.150
Valor líquido em 31/12/2014	14.283.805	1.889.132	118.830	75.636	584.359	0	16.951.762

No período findo em 31 de dezembro de 2014, finalizou o contrato de locação financeira anteriormente constituído para aquisição de ativos tangíveis, cujo valor é o constante do quadro seguinte:

Descrição	Activo bruto	Amortização acumulada	Quantia escriturada
Terminal da Trafaria			
Pás carregadoras	66.367	66.367	0
Total	66.367	66.367	0

5. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Mat. primas, subsid. e de consumo	323.924	278.207
Total	323.924	278.207

6. DIVIDAS CORRENTES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Clientes c/corrente	2.123.354	593.391
Total	2.123.354	593.391

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não existiam dívidas ao Estado ou outros entes públicos. Os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Saldos devedores:		
IRC	(487.346)	55.907
Pagamento especial por conta	0	0
Pagamento por conta	371.722	488.632
Retenção na fonte	3.239	8.747
Tributação	(862.308)	(441.476)
IVA	0	42.582
Total	0	98.489
Saldos credores:		
IRS	56.084	63.240
IRC	487.346	0
IVA	23.762	17.999
Segurança Social	75.799	76.141
Total	642.991	157.380

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Juros a receber	1.066	2.428
Serviços a facturar	335.273	918.731
Serviços diversos	4.977	14.210
Regularização de sinistros	44.253	48.044
Total	385.569	983.413

9. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Gastos a reconhecer:		
Manutenção	192.400	137.458
Rendas	115.258	115.617
Seguros	429.434	413.071
Diversos	2.102	6.452
	739.194	672.598
Rendimentos a reconhecer:		
Renda Telecel	(1.203)	(1.203)

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e cedic (certificado especial de dívida de curto prazo).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2014	2013
Caixa e equivalentes a caixa:		
Numerário	4.992	8.855
Depósitos à ordem	1.809.942	1.493.191
Cedic	2.000.000	3.000.000
Depósito - Garantias	80.694	80.694
	3.895.628	4.582.740

Conforme legislação aplicável ao sector empresarial do Estado e dando cumprimento ao previsto no art.º 17.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e legislação posterior, os depósitos foram constituídos no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E..

11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 9.300.000 ações com o valor nominal de € 4,99 cada.

O Estado português é o detentor da totalidade das ações da empresa.

12. RESERVAS E EXCEDENTES

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Reserva legal:		
Saldo inicial	348.726	268.590
Aplic.resultados	49.021	80.136
Saldo final	397.747	348.726
Excedente de revalorização:		
Saldo inicial	4.364.230	4.776.907
Realização	- 412.677	- 412.677
	3.951.553	4.364.230

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até atingir, no mínimo, 20% do capital.

Esta reserva não pode ser distribuída a não ser em caso de liquidação da Empresa, poderá no entanto ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação de parte do seu activo fixo tangível ao abrigo dos seguintes diplomas:

- Dec. Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Dec. Lei n.º 264/92, de 24 de novembro

Foi regularizado o valor de € 412.676, correspondente à realização de excedente de revalorização, distribuído do seguinte modo:

Descrição	Dec. Lei n.º 49/91	Dec. Lei n.º 264/92
T.P.Trafaria		
- Edifícios e out. construções	310.169	
- Equipamento básico	39.782	
Total	349.951	
T.P.Beato		
- Edifícios e out. construções	31.473	30.438
- Equipamento básico	631	183
Total	32.104	30.621

Para o apuramento do lucro tributável, não são considerados 40% do montante das depreciações relativas a esses ativos.

13. RESULTADOS TRANSITADOS

Por deliberação da Assembleia Geral da Silopor, realizada em 1 de Abril de 2014, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2013 foi o seguinte:

Reserva legal € 49.021

Resultados transitados € 931.402

Result. líquido do exercício .. € 980.423

Propõe-se que a aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 seja o seguinte:

Reserva legal € 110.132

Resultados transitados € 2.092.512

Result. líquido do exercício .. € 2.202.644

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Resultados Transitados:		
Saldo inicial	(37.016.540)	(38.450.793)
Transferência de Resultados	931.402	1.522.588
Regularizações	20.766	(501.011)
Excedente de Reserva Reavaliação	412.676	412.676
Total	(35.651.696)	(37.016.540)

14. PASSIVOS NÃO CORRENTES

O passivo não corrente existente no balanço é constituído pela dívida à Direção Geral do Tesouro e Finanças, proveniente da dívida inicial à Epac, que resultou do valor do património destacado dessa empresa para a Silopor.

Ao longo do exercício de 2014, foram regularizados € 4.000.000, sendo o saldo em 31 de dezembro de 2014 de € 5.000.000.

15. DIVIDAS CORRENTES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/corrente	838.363	1.076.493
	838.363	1.076.493

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A empresa detém, através de um contrato de locação financeira, equipamento básico (4 pás carregadoras) com uma vida útil de 8 anos. Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o valor das rendas, de acordo com a sua data de vencimento, é o seguinte:

Descrição	2014	2013
A menos de 1 ano	66.367	51.843
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	0	66.367
Total	66.367	118.210

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Fornecedores de investimentos	0	12.700
Remunerações a liquidar	505.021	470.653
Acréscimos de subcontratos	67.355	117.375
Acréscimos de gastos	35.880	25.738
Serviços diversos	21.485	24.256
Total	629.741	650.722

18. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Prestação de serviços:		
Descargas	10.596.085	11.770.757
Movimentações secundárias	644.425	328.090
Armazenagem	4.039.514	1.597.767
Transhipment	0	53.300
Serviços secundários	12.907	51.611
Movimentações internas	0	217.350
Outras	42.132	157.132
Total	15.335.063	14.176.007

Por mercado geográfico, as prestações de serviços distribuíram-se da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Mercado interno	14.235.027	13.582.893
Mercado externo:		
- União Europeia	1.100.036	593.115
- Países Terceiros	0	0
Total	15.335.063	14.176.008

19. Custo das matérias consumidas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Materiais consumíveis	277.801	454.354
Total	277.801	454.354

Os custos de consumíveis correspondem ao valor dos materiais existentes na rubrica "Inventários" utilizados na manutenção e reparação de equipamentos.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Fornecimento e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	1.407.122	1.419.732
Energia	1.150.795	1.098.373
Trabalhos especializados	192.650	156.534
Vigilância e segurança	257.504	252.416
Honorários	17.083	33.912
Manutenção e reparação	611.159	709.749
Materiais	14.062	24.236
Combustíveis	106.806	102.285
Água	83.483	79.837
Deslocações e estadas	16.276	11.687
Rendas	714.963	725.007
Comunicação	34.708	39.621
Seguros	476.944	512.147
Despesas de representação	12.079	17.818
Limpeza e higiene	71.825	94.789
Outros fornecimentos	15.153	1.576
Total	5.182.612	5.279.719

21. GASTOS COM O PESSOAL

No final do exercício de 2014, o número de empregados ao serviço da empresa era de 101 (105 em 2013), repartidos por 70 efectivos (72 em 2013) e 31 contratados a termo certo (33 em 2013).

O número médio de empregados em 2014 foi de 103 (106 em 2013).

Órgãos Sociais	2014	2013
Assembleia Geral		
- Presidente	1.183	1.268
- Vice-Presidente	1.098	1.169
- Secretário	1.006	1.062
Comissão Liquidatária		
- Presidente	114.158	112.000
- Vogal	55.169	53.482
- Vogal	55.169	53.482
Total	227.783	222.463
Fiscal Único (FSE)	14.079	14.079
Total Geral	241.862	236.542

A rubrica de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, regista os custos com a Comissão Liquidatária e Assembleia Geral, sendo os custos com o Fiscal Único registados como fornecimentos e serviços externos, em trabalhos especializados (**nota 20**).

Não existe qualquer plano complementar de reforma para a Comissão Liquidatária.

Um dos membros encontra-se abrangido pelo regime da Caixa Geral de Aposentações, os restantes pelo regime da Segurança Social.

O subsídio de Natal foi regularizado em duodécimos, tal como previsto na Lei do Orçamento do Estado.

Gastos com pessoal	2014	2013
Remunerações	2.813.369	2.887.572
Segurança social	699.513	687.633
FGCT	10	1
Seguros	254.041	266.549
Outros custos com pessoal	159.930	189.488
Total	3.926.863	4.031.243

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, indemnizações, gastos de ação social, formação e fardamento.

Os custos de ação social incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e gastos com refeitórios.

De acordo com a Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, foram criados dois fundos de compensação do trabalho para os trabalhadores contratados a partir de 1 de outubro:

O FGCT - Fundo de Garantia de Compensação de Trabalho, considerado como gasto do exercício;

O FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, considerado como Ativo Financeiro.

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Impostos diretos e indiretos	25.789	29.040
Taxas portuárias	686.037	775.894
Descontos concedidos	48.902	57.262
Donativos	10.350	10.850
Correções de exercícios anteriores	31.197	0
Custos c/processo de liquidação	8.372	0
Outros	20.905	95.127
Total	831.552	968.173

23. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os custos registados no exercício relativos a locações operacionais respeitam a equipamentos de transporte. Não se prevê renovação nem opção de compra no final do contrato, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores das rendas pagas, reconhecidas como gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Veículos automóveis ligeiros	21.260	38.166
Total	21.260	38.166

24. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Gastos e perdas financeiros		
Juros suportados	4.956	7.159
Outros gastos financeiros	4.147	4.566
Total	9.103	11.725
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	11.666	27.202
Total	11.666	27.202
Resultados financeiros	2.563	15.477

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações da Empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, atualmente à taxa de 23%, acrescida de Derrama de 1,5% e, conforme artigo 87.º-A do CIRC, também sujeita a Derrama Estadual cuja taxa de 3% incide sobre a parte do lucro tributável superior a € 1.500.000,00.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas referidas no artigo.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

Descrição	2014	2013
Tributação Autónoma	17.457	17.280
Derrama	48.539	23.857
Derrama Estadual	52.050	2.715
IRC	744.262	397.624
Total	862.308	441.476

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre 1 de janeiro de 2015 e a data da aprovação das demonstrações financeira não ocorreram situações materialmente relevantes que, de acordo com o disposto na NCRF 24 (Acontecimentos após a data do balanço), implicassem quaisquer ajustamentos às demonstrações.

26. GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2014, as garantias bancárias com o valor total de € 80.693,92, são prestadas pela Empresa a favor da APL- Administração do Porto de Lisboa.

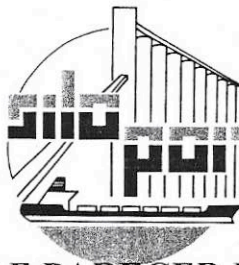
Técnica de Contas n.º 17277



Comissão Liquidatária



Jesus Castro
Lusua



EMPRESA
DE SILOS PORTUÁRIOS, S.A.
(em liquidação)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1- Âmbito deste Relatório e Parecer

De acordo com as disposições legais aplicáveis e com os Estatutos da Sociedade, o Fiscal Único da **SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, SA (Em Liquidação)** vem apresentar, para apreciação da Assembleia Geral, os seus Relatório e Parecer sobre as Contas, o Relatório da Comissão Liquidatária e a Proposta de Aplicação de Resultados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

B. B. B.

2- Relatório

A actividade da Silopor insere-se na movimentação de cereais, farinhas e oleaginosas, ocupando, no país, uma posição de relevo nas operações de cargas e descargas e de armazenamento, estando sujeita a sofrer os efeitos das frequentes oscilações que afectam os mercados correspondentes, com origem, quer no exterior, quer internamente.

Neste exercício, a menor importação das mercadorias não se executou de modo uniforme, ao longo do tempo, tendo-se verificado alguns picos, a que os importadores nem sempre conseguiram dar resposta. Essas situações foram resolvidas pela Silopor através da sua reconhecida capacidade de armazenamento.

Assim, no final, verificou-se, na Empresa, uma diminuição da movimentação de mercadorias (cargas e descargas), mais do que compensada por um aumento das prestações de serviços relacionadas com a utilização dos seus equipamentos na armazenagem.

Apesar de tudo, a Empresa manteve a sua quota de mercado muito próximo dos 45% e, em termos de Resultados, obteve um dos mais elevados da sua história

Verificámos, de novo, o funcionamento do sistema de controlo interno da Empresa. Por outro lado, com a utilização de processos de amostragem, procedemos à análise dos documentos emitidos e recebidos no exercício e dos correspondentes registos na contabilidade.

Quando necessário, recorremos à colaboração dos serviços internos, sempre disponíveis para nos prestarem todos os esclarecimentos solicitados.

Como tarefa final, necessária à emissão deste relatório, procedemos à apreciação dos documentos de prestação de contas - Relatório da Comissão Liquidatária e Adenda, Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, dos Fluxos de Caixa e das Alterações no Capital Próprio e Anexo - que, para além de terem sido emitidos em conformidade com as disposições legais em vigor, reflectem a situação financeira e patrimonial

da empresa em 31 de Dezembro de 2014 e mostram os resultados obtidos no exercício em apreço.

O Relatório da Comissão Liquidatária, emitido nos termos do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, descreve, entre outras matérias, a maneira como decorreu a actividade durante o ano, dentro dos condicionalismos existentes; indica as quantidades movimentadas, comparando-as com as do exercício precedente; enumera os investimentos levados a efeito no exercício; aborda a questão da variação do pessoal, em termos de quantidade e de média de idades; fala da anulação do concurso de concessão da actividade; e termina com a apresentação da proposta de aplicação de resultados.

Quanto ao Balanço, apresentado de forma consistente em relação ao exercício anterior, ele não inclui os juros que, desde a data da criação da Silopor, por cisão da ex-Epac, foram sendo por esta debitados anualmente, até à data da sua liquidação. Esta omissão, assumida pela Silopor, está na origem da divergência descrita na Reserva incluída na Certificação Legal de Contas.

Informamos que procedemos à emissão da Certificação Legal de Contas, atrás referida, com inclusão da Reserva indicada e com Ênfase.

3-Aferições sobre o processo da prestação de contas de 2014

Verificámos que a Silopor deu cumprimento às reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, excepto na parte relativa aos membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, a cujas remunerações não é aplicável aquela norma; e que a Comissão Liquidatária procedeu à emissão do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, dando assim, também, cumprimento à exigência constante do n.º 1 do art.º 54º do RJSP.

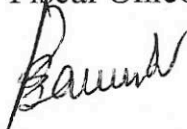
4- Parecer

Em face do acima exposto, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório da Comissão Liquidatária e as Contas referentes ao exercício de 2014;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados incluída naquele Relatório.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2015

O Fiscal Único



João Calado Barrento, em representação de “Marques dos Reis e Calado Barrento, SROC”

Sede:

Rua Gorgel do Amaral, 5 - 3º Dto * 1250 -119 Lisboa
Telef. 213 884 277 / 213 886 705 - Fax 213 884 258

Escritório:

Praceta Fernando Pessoa, n.º 6 - 1.º Dto * 2685- 409 Prior Velho
Telef. 219 400 950 - Fax 219 402 827

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1-Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, S.A. (Em Liquidação)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 24.419.547 euros e um total de capital próprio de 17.307.249 euros, incluindo um resultado líquido de 2.202.644 euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo que contém as Notas às demonstrações financeiras. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2-É da responsabilidade da Comissão Liquidatária a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3-A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4-O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

-a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Comissão Liquidatária, utilizadas na sua preparação;

-a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

-a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

-a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5-O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6-Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7-A SILOPOR inclui no Balanço, no Passivo Não Corrente, uma dívida à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no montante de **5.000.000 euros** que resultou de, à dívida inicial à EPAC, de 37.886.907 euros, correspondente ao valor do património destacado dessa empresa, se terem vindo, **por um lado**, a deduzir:

a)- as amortizações realizadas, de 4.987.979 euros, em 1997; de 19.095.839 euros, em 1998; de 6.270.874 euros, em 2007; de 6.462.032 euros, em 2008; de 537.968 euros, em 2009; de 3.000.000 euros em 2010; e de 4.000.000 euros, em cada um dos exercícios de 2011 até ao de 2014, este em apreço;

b)- as transferências patrimoniais, efectuadas em 2007, relacionadas com os equipamentos do Terminal de Leixões e do Silo de Vale de Figueira, no montante líquido global de 1.154.001 euros; e

c)- a dívida inicial da EPAC à Silopor, de 318.110 euros;

e, **por outro lado**, ter sido adicionada a dívida à Estamo, de 24.939.895 euros.

A EPAC, em cada exercício, a partir da cisão, foi debitando juros sobre a dívida, os quais, no entanto, não sendo reconhecidos pela SILOPOR, nunca foram relevados nas suas contas, por se entender que não estavam de acordo com as propostas da comissão constituída ao abrigo do n.º 9 do art.º 2.º do Dec-Lei n.º 376/88, de 21 de Outubro.

Estes procedimentos divergentes das duas empresas provocaram o crescimento anual da diferença entre o saldo credor da EPAC, na contabilidade da SILOPOR e o saldo devedor da SILOPOR, na escrita da EPAC, reflectida, mais tarde, nos registos da Direcção-Geral do Tesouro.

Segundo esta Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no final do exercício de 2014, o saldo devedor da SILOPOR é de 154.339.967 euros. A diferença verificada entre este montante e os 5.000.000 euros, acima referidos, segundo a Silopor, é de 149.339.967 euros.

Esta diferença contabilística justifica-se, também, pelo somatório das quatro parcelas em que se decompõe: **I)**-Juros contabilizados pela Epac, de 124.938.039 euros; **II)**-Pagamento da Silopor, em 1997, de 4.987.979 euros que a Epac adjudicou à regularização de juros, em vez de os considerar como amortização da dívida de capital; **III)**-Pagamento da Silopor, em 1998, de 19.095.839 euros, adjudicados, igualmente, pela Epac, ao pagamento de juros; e **IV)**- Dívida inicial da Epac à Silopor, de 318.110 euros.

OPINIÃO

8-Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no ponto n.º 7, acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SILOPOR-Empresa de Silos Portuários, S.A. (Em Liquidação)**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9-É também nossa opinião que a informação constante do relatório da Comissão Liquidatária é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

10-Sem afectar a opinião expressa no ponto n.º 8, acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

10.1-Foi anulado, durante o exercício, o concurso de concessão da actividade da Empresa no porto de Lisboa e em Vale de Figueira, pelo que se espera que, a prazo, por decisão superior, seja aberto novo concurso com a mesma finalidade.

A Silopor, não obstante a situação de liquidação em que se encontra, desde 20 de Junho de 2000, continua a desenvolver a sua actividade com normalidade, apenas perturbada por algumas restrições na área do investimento.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 2015



“Marques dos Reis e Calado Barrento, SROC”, representada por João Calado Barrento